

**Sob o olhar oficial: a história da estância turística de Campos do Jordão
(1920 -1978)**

Priscyla Christine Hammerl¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo mostrar como as políticas públicas influenciaram no desenvolvimento do turismo no município de Campos do Jordão, São Paulo. A escolha desta localidade se deu devido ao município ter sua trajetória ligada a importantes fatos históricos do turismo no estado de São Paulo e no Brasil, dentre eles, ter sediado o I Congresso Nacional de Turismo. Sendo assim, a presente pesquisa, com suas preocupações teórico-metodológicas, pretende auxiliar no aprimoramento da história do turismo, apontando os primórdios referentes às políticas públicas para o turismo no município de Campos de Jordão. Como metodologia, utilizou-se as orientações de pesquisa documental, consultando prioritariamente o acervo oficial da Câmara Municipal de Campos Jordão e Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Campos do Jordão. Turismo. História. Políticas Públicas.

¹ Bacharel em Turismo (UNESP). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UNOPAR). Mestranda em Hospitalidade (UAM). Professora do Instituto Federal Farroupilha – campus São Borja. Bolsista CAPES. priscylahammerl@sb.iffarroupilha.edu.br

Turismo, história e políticas públicas

De acordo com a OMT (Organização Mundial do Turismo), “hoje é evidente a necessidade de efetuar o planejamento adequado caso se deseje que um determinado espaço, município ou região turística possa chegar a ter um valor importante como produto turístico, e, por conseguinte, possa ser relevante dentro da economia local da região” (OMT, 2001, p. 167).

Além disso, um bom planejamento também traz benefícios tanto para o turista quanto para a comunidade receptora. Por outro lado, um mau planejamento cria dificuldades e barreiras para o transcorrer do processo turístico, fazendo da atividade mais um entre tantos problemas na sociedade.

Segundo Matos, as transformações da contemporaneidade vêm “[...] ampliando as inquietações sobre o cotidiano e favorecendo as pesquisas que contemplam a abordagem do urbano”. Assim no Brasil, “nos últimos anos, os estudos sobre a cidade vêm passando por mudanças significativas”. Estas mudanças passaram a ocorrer “quando a cidade passou a se colocar como questão e foi assumida como um desafio a ser enfrentado pelo historiador” (MATOS, 2002, p.32-3)

Historicamente, a preocupação com a organização do desenvolvimento do turismo, há muito tempo permeia as políticas públicas nas esferas municipais, estaduais e federais, sendo alvo de discussões em diversos momentos da história. A organização das cidades, seus meios de hospedagem, transportes, serviços de alimentação, atrativos, bem como outros equipamentos e serviços que são inerentes ao turismo, são alvos de políticas que visam à organização dos espaços urbanos.

No Brasil, esta organização inicia-se em 1808, com a vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro e com a decorrente monarquia fundada depois da Independência. Segundo Pires: “o caminho lógico a partir desses fatos, aponta que o Rio de Janeiro deveria ter tido primazia no oferecimento de bons serviços ligados ao turismo...” (PIRES, 2001, p. xix). Para Paixão, o desenvolvimento do turismo organizado no Brasil:

[...] acontece um pouco mais tarde, já no século XX, quando surgem construções fora dos padrões comuns [...], surgindo os cassinos incorporados ora por hotéis luxuosíssimos, ora por estâncias hidrominerais, termas ou climáticas de alta classe (PAIXÃO, 2010, p.1).

A própria criação de estâncias prevê a organização e planejamento por parte dos órgãos públicos. Conforme legislação, as estâncias podem ser classificadas em balneárias, hidrominerais, climáticas e turísticas e prevêem regulamentação específica para o desenvolvimento das mesmas. Somente no estado de São Paulo estão localizadas 67 cidades estâncias conforme levantamento realizado no guia das Estâncias do Estado de São Paulo, da APRECESP (Associação das Prefeituras das Estâncias do Estado de São Paulo).

Campos do Jordão, historicamente recebeu os títulos de estância climática; hidromineral e por último, turística, tendo sua trajetória ligada a fatos relevantes em relação às políticas públicas para o desenvolvimento do turismo brasileiro. Ademais, a cidade era reconhecida durante as décadas de 30 e 40 como local para tratamento da tuberculose (pois acreditava-se que o clima do lugar era responsável pela cura da doença) e durante a década de 60 consolidou-se como estância turística. Sendo assim, a escolha do município enquanto objeto de estudo permite também o entendimento de como tais políticas influenciaram no processo de transição de um destino de saúde para um destino turístico.

Metodologia

A investigação utilizou uma documentação diversificada e fragmentada, que podemos identificar, com o “mosaico de pequenas referências” de que fala Matos (2002), ao realizar os estudos sobre a cidade de São Paulo (1850-1920) e, de Borges Pinto (1994), em sua pesquisa sobre as condições de trabalho e de sobrevivência no cotidiano, diante da economia informal, na capital paulista, a partir de 1880.

Conforme Possas (2001), as riquezas de informações podem e devem ser obtidas pela agudeza do olhar e na sensibilidade de perceber inúmeros indícios existentes nas “entre linhas” dos documentos, oficiais ou não. Uma “leitura do subjacente” deve ser resgatada, uma vez que todo discurso é uma produção, onde se evidencia as tramas de vidas, as relações de poder, conflitos e os movimentos no cotidiano, que fogem aos dualismos e polarizações aparentes, evidenciando amplas articulações e infinitas possibilidades de captar o real.

Para a realização do trabalho seguiu-se as orientações de pesquisa documental de Bacellar, que recomenda a pesquisa em arquivos do Poder Legislativo. Segundo o autor “o mais interessante, nesse sentido, é consultar as atas de sessões, em que se podem

acompanhar as discussões dos mais variados projetos legislativos, com os vereadores, deputados e senadores defendendo seus pontos de vista” Ademais:

São fontes importantes, também, as séries de Registros das câmaras municipais, onde todo tipo de documentação relativa à atuação das câmaras é copiado: correspondência recebida e enviada, ordens régias e legislação, entre muitas outras (BACELLAR *in* PINSKY, 2005, p.34).

Neste sentido, foram consultados três tipos de documentação. Primeiramente, no acervo da Câmara Municipal de Campos do Jordão, foram digitalizadas as atas de reuniões de 1949 a 1963. A delimitação do período se deve à disponibilidade do acervo e tempo de realização da pesquisa. Na Assembléia Legislativa de São Paulo, foram consultados decretos e leis de 1921 a 1978, havendo uma triagem em datas específicas que fossem relevantes ao objeto de estudo. Por último, foram consultados os exemplares do periódico *A cidade de Campos do Jordão*, do período de 1949 a 1965 (vale ressaltar que no acervo não foram encontrados todos os exemplares. Assim, os anos analisados foram: 1949, 1951, 1952, 1954 e 1965) a fim de confrontar os dados da pesquisa.

Campos do Jordão: o início

Segundo Pedro Paulo Filho (1988), a área em que se situa Campos do Jordão foi sesmaria de Ignácio Caetano, que em 1771 fundou a fazenda Bom Sucesso. Após a morte de Ignácio, seus herdeiros venderam as terras para o Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, dando origem assim ao nome da cidade: “Campos do Jordão”.

Campos do Jordão é formada por três Vilas. Quem deu origem ao primeiro núcleo urbano foi Mateus da Costa Pinto, ao fundar em 1874 a Vila de São Mateus do Imbirí que mais tarde se tornaria a Vila Jaguaribe, em homenagem ao médico e escritor Domingos Jaguaribe, grande divulgador das virtudes climáticas de Campos do Jordão.

O segundo núcleo urbano do município foi a Abernécia, fundada em 1914 por seu loteador escocês Robert Jonh Reid. O terceiro núcleo de Campos do Jordão, o Capivari, desenvolveu-se a partir de 1920 e teve origem em área de terras dos médicos sanitaristas Emílio Ribas e Victor Godinho, admirados entusiastas do clima da região.

Foram igualmente, Emílio Ribas e Victor Godinho que, através do empreiteiro português Sebastião de Oliveira Damas, iniciaram a construção da Estrada de Ferro de Campos do Jordão, unindo o município ao Vale do Paraíba. Por falta de recursos, os

serviços da ferrovia foram paralisados e só finalizaram-se em 1915, quando finalmente a EFCJ passou a funcionar (PAULO FILHO, 1997, p.17).

De acordo com o *site* da Sociedade Brasileira de História da Medicina, Emilio Ribas nasceu em Pindamonhangaba em 11 de abril de 1862. Estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou aos 25 anos. Desempenhou papel importante no combate a diversas epidemias, em especial a da febre amarela, doença que conseguiu erradicar em diversas cidades do Estado, como Araraquara, Campinas e Jaú. Graças a esses feitos, é nomeado Diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo no ano de 1896, cargo que ocupou até 1917.

Em 1908, foi incumbido pelo governo paulista a viajar aos Estados Unidos e a vários países europeus para estudar a profilaxia da tuberculose. Ao voltar, em contato com eminentes estudiosos da área, como Vitor Godinho, averiguou as propriedades climáticas de Campos do Jordão e idealizou a Estrada de Ferro Campos do Jordão, para transportar os doentes tuberculosos ao alto da Mantiqueira para que recebessem tratamento. (SBHM, 2007).

Após essa viagem de Emilio Ribas, ele passa a fazer uma grande propaganda de Campos do Jordão para tratamento da tuberculose, fato que pode ser confirmado pela obra de Mário de Sampaio Ferraz, onde afirma que seu livro foi feito a pedido de Emilio Ribas, no ano de 1915, como pode ser visto nas próprias palavras do autor:

Sampaio Ferraz: você agora tenha paciência; você vae nos dar, de vez em quando, umas penadas como estas [em referência a um artigo que Sampaio Ferraz havia escrito sobre Campos do Jordão], em prol de Campos do Jordão, que muito necessita de propaganda. Trago-lhe aqui alguns folhetos e revistas, de onde poderá tirar alguns dados interessantes [...] (FERRAZ, 1941, p. 5).

Analisando a trajetória de Emilio Ribas, nota-se que as recomendações e os melhoramentos realizados para difundir o tratamento da tuberculose em Campos do Jordão ocorreram durante o período em que ocupava o cargo de Diretor Sanitário, tendo o próprio Estado incentivado o sanitarista a pesquisar novas alternativas para o tratamento da doença.

Pode-se também apontar o fato de que Emilio Ribas tenha escolhido um local afastado do centro urbano da capital de São Paulo para tratamento dos tuberculosos. Acreditava-se, como visto, que estes eram locais causadores e propagadores de doenças, devendo ser afastados dos centros urbanos.

Conforme a tese de Bertolli (1993), recomendou-se que a administração estadual instalasse em Campos do Jordão um nosocômio especializado “não só porque o clima das montanhas era indicado para o tratamento dos fímatosos, mas também porque o local era de difícil acesso, protegendo os sadios contra a contaminação bacilar” (BERTOLLI, 1993, p.146). Imitava-se aqui as técnicas de climatoterapia utilizadas nos principais sanatórios da Alemanha, Suíça e França.

Assim, dadas as recomendações de Emílio Ribas, aliadas à estrutura que se construía em Campos do Jordão, como também à propaganda referente às propriedades climáticas do município, tem-se a consolidação da cidade como destino de saúde.

Ciclo da Saúde

Em 1920, Campos do Jordão ainda faz parte da do município de São Bento do Sapucaí, cujo desligamento só ocorre em 16 de junho de 1934. É interessante destacar que os terrenos “nos Campos do Jordão” (expressão utilizada na lei n. 1833 de 24 de dezembro de 1921) são considerados já neste período como estância climatérica, tendo o próprio governo autorizado a fundação de uma povoação, destinada a estância climatérica e de repouso, em benefício da salubridade pública, tendo autorizado também a exploração de hotéis, águas, banhos e demais serviços nesta localidade.

Sendo assim, a cidade passa a receber doentes de diversas partes do país. Segundo memorialistas, neste período surgem em Campos do Jordão diversas pensões, repúblicas e casas alugadas para tuberculosos. Contudo, apesar da cidade ser altamente recomendada para o tratamento da tuberculose, Mário Sampaio Ferraz, que executou a viagem a Campos do Jordão em 1915 para divulgação do município recomenda ao Estado e ao município realizar melhorias para desenvolvimento do turismo:

Optimo negocio seria, tanto para Campos como para o Estado, que assim estabeleceriam, em definitivo, uma grande e rendosa corrente de turismo. Sem boas estradas limpas e sem agradável hospedagem, não pode haver *turismo*, que valha este nome. (FERRAZ, 1941, p.88)

Contudo, apesar das recomendações de Ferraz, bem como de outras divulgações que exaltam as belezas naturais do município, a cidade é consolidada como estância climatérica e de repouso, sendo criada sua prefeitura sanitária pela Lei 2.140 de 1926,

mesmo ano em que o município recebeu o título de Estância Hidromineral por força da Lei n.2140.

A partir dessa data começam a surgir sanatórios no município. O Sanatório São Paulo foi fundado em 1927, os Sanatorinhos em 1931, o Sanatório Santa Cruz em 1932, o Sanatório São Vicente de Paula em 1935 e muitos outros são construídos a partir desse período. Em 1935, a prefeitura sanitária de Campos do Jordão, já desligada de São Bento do Sapucaí, apresenta as seguintes peculiaridades em sua receita ordinária: taxa sanitária – 13:000 \$ e taxa de transportes de doentes e enterramentos – 10:000\$. A presença de tais taxas na receita da Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão, reafirmam a predominância da função cidade-saúde durante a década de 30.

Segundo Camargo, até 1940, já com alguns sanatórios funcionando, era ainda comum ver-se pela cidade, doentes em estado grave perambulando pelas ruas e diante desse quadro a prefeitura sanitária foi obrigada a construir um barracão de madeira que “se transformou em depósito de doentes, uma verdadeira ante-câmara da morte” (CAMARGO, s.d, p.18). E assim, o número de sanatórios, pensões e doentes foi crescendo. O grande problema era que a vinda de doentes não era somente de iniciativa particular. Alguns vinham encaminhados por autoridades municipais, estaduais e até federais.

Em vista dessa situação, em 1940, por força do decreto n. 11.781, a cidade foi seccionada em duas zonas, pois: “Considera impróprias para a instalação de pensões e casas de habitação coletiva DE DOENTES PORTADORES DE TUBERCULOSE, as Vilas de Capivari e Jaguaribe, da Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão”.

Segundo Camargo, esse decreto foi executado da seguinte forma: primeiramente, foi feito um levantamento do número de doentes nas 43 pensões existentes e ao mesmo tempo, o número de vagas de todos os sanatórios da estância, que deveriam reservar 30% de suas vagas para doentes pobres e indigentes. Feito a justaposição desses dados, os doentes foram conscientizados sobre as vantagens dessa transferência, tais como disponibilidade de remédios, assistência médica especializada, entre outros. Assim, todas as pensões foram fechadas e lacradas.

Dessa forma, a zona sanatorial foi transferida para a Vila Abernécia, sendo que as Vilas Capivari e Jaguaribe foram reservadas para área turística. Segundo Paulo Filho:

[...] “O decreto obrigou as autoridades a regulamentarem a hospedagem no município, baixando normas para evitar a permanência e hospedagem de doentes nos hotéis, instituindo a exigência obrigatória de atestado médico radiológico dos pulmões, a todos os frequentadores de estabelecimentos destinados a pessoas sadias (PAULO FILHO, p.263, 1986).

Comprovando o interesse público em investir em Campos do Jordão para o desenvolvimento do turismo, o Governo do Estado constrói em 1944, o Grande Hotel, onde funcionava um cassino e só poderiam frequentar pessoas sadias. Após a construção do Grande Hotel, muitos outros meios de hospedagem de iniciativa particular surgiram, dando início ao ciclo do turismo.

Ciclo do Turismo

Mesmo após o decreto n. 11781 e com um rigoroso serviço de fiscalização que visava a real separação entre turistas e doentes, a cidade levou muitos anos para se transformar em cidade do turismo. O viajante que passava por Campos do Jordão sentia medo de ser contaminado pela doença, o que fez perdurar a fama de cidade-enferma. Segundo memorialista: “a tuberculose ligou-se de tal arte ao nome de Campos do Jordão que confessar-se natural ou residente na terra logo sugeria um tuberculoso à frente, com direito a todos os bacilos de Kock” (PAULO FILHO, p.25, 1988).

Em 1944, preocupados com o crescimento do turismo, a Companhia de Hotéis de Campos do Jordão, tendo a frente como presidente Henrique Hillebrecht, criou a Taxa de Beneficência, taxa cobrada dos hóspedes e destinada às instituições de caridade da estância. Assim foi feito durante cinco anos e as importâncias arrecadadas eram entregues ao Prefeito, que as distribuía entre os sanatórios e instituições de caridade. Entretanto, posteriormente essa taxa, que passou a denominar-se Taxa de Proteção ao Turista, era cobrada obrigatoriamente pelos hotéis e pensões, cuja receita seria aplicada para proteção ao turista e para assistência social.

É relevante destacar que a “proteção ao turista” se constituía para manter os tuberculosos na zona sanatorial, sendo que a receita obtida pela taxa era destinada à manutenção dos leitos para que doentes e sãos não se misturassem, evitando assim, problemas como “nas estações ferroviárias, onde era comum ver-se doentes debruçados em bancos, tossindo, outros com hemoptise, alguns a espera do trem ou de uma possível internação” (CAMARGO, s.d., p.18).

Nota-se aqui, uma preocupação não só com a saúde pública, mas também com a construção de uma cidade voltada para o turismo, onde o turista poderia se deslocar com segurança e desfrutar das belezas da região, bem como de outros atrativos, dentre eles, os cassinos presentes na estância. Assim como na Europa, os cassinos são recorrentes em estâncias hidrominerais no Brasil. “Os estancieiros, respaldavam-se na Lei das Estâncias de Águas Hidrominerais, baseada no Decreto n.3.987 de 1920 que concedia autorização temporariamente para que vigorassem os jogos de azar em clubes e cassinos das estações balneárias, termais e climáticas...” (PAIXÃO, 2010, s.n).

Em Campos do Jordão, o cassinismo é explorado pelo próprio Governo no Grande Hotel, como já citado anteriormente. No caso de iniciativas particulares, “os empresários do jogo deveriam firmar um contrato com o governo, normalmente com um prazo de dez anos para a exploração da estância...”. “No complexo, deveria ser construído um hotel com restaurante, bar, piscina, salões, salas para conferências e festas beneficentes” (PAIXÃO, 2010, s.n).

Sendo assim, observa-se que as políticas públicas do período apóiam e incentivam o desenvolvimento do turismo. Contudo, em 1946, por ocasião da mudança de Governo, o Decreto-Lei n.9215, manda fechar todas as casas, centros e cassinos que mantinham os jogos de azar, até mesmo aqueles que se inseriam dentro da Lei das Estâncias de Águas Hidrominerais (PAIXÃO, 2010, s.n). Nesse ano, o cassino do Grande Hotel também encerra suas atividades, levando no ano seguinte, em cumprimento do Decreto n.16.796, à transferência de fiscalização do Grande Hotel para a Superintendência das Estâncias do Estado.

Nos anos que seguem, as políticas municipais e estaduais buscam então outras formas de divulgação e incentivo ao turismo. Em Campos do Jordão, é nesse período que se concentram a maior parte dos anúncios que divulgam o turismo no município, como pôde ser observado em consulta ao acervo do jornal *A Cidade de Campos do Jordão*.

O jornal, *A Cidade de Campos do Jordão*, foi fundado em 1949 e o diretor responsável era Joaquim Corrêa Cintra, importante figura jordanense, que anos mais tarde viria a ser vereador do município sem abandonar, porém, o cargo de diretor do jornal enquanto estava em seu cargo político. Muitos dos artigos envolvendo turismo e

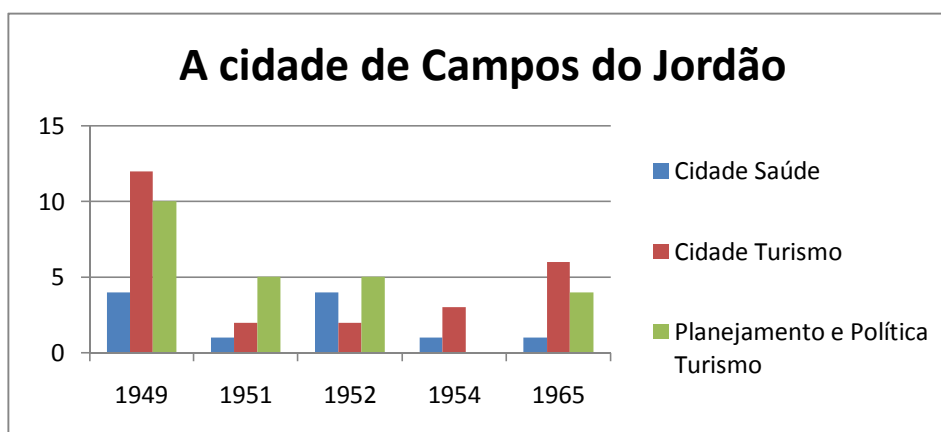
política foram escritos por Joaquim Correa Cintra, revelando-se um grande entusiasta do desenvolvimento turístico do município.

O acervo do jornal apresenta exemplares quinzenais do mesmo. Entre diversas notícias sobre o município, a análise se delimitou a encontrar entre os artigos, comunicados e anúncios em três categorias temáticas: cidade saúde, cidade turismo e política e planejamento do turismo.

Classificaram-se com a legenda Cidade Saúde todos os artigos cujo assunto fizesse referência a Campos do Jordão enquanto destino de saúde. Sendo assim, considerou-se para esta classificação os artigos que anunciavam construção de sanatórios, anúncios de hospedagem e tratamento da tuberculose, avanços médicos para o tratamento da doença e proclamações em relação a políticas sanitárias.

Na legenda Cidade Turismo, foram adicionados os anúncios de hotéis, passeios, mapas turísticos, propagandas turísticas entre outros artigos que divulgassem Campos do Jordão como destino turístico

Por fim, na legenda Política e Planejamento do Turismo, foram adicionados todos os artigos referentes às melhorias relacionadas ao planejamento do turismo no município, bem como referências políticas à atividade, tais como relatos de despesas e receitas voltadas ao desenvolvimento turístico. Em uma contagem dos artigos e suas classificações, obteve-se o seguinte resultado:



Como pôde ser observada, a maior quantidade de artigos relacionados ao turismo está concentrada no ano de 1949. Esse fato é concomitante às tentativas da Prefeitura Sanitária em

regulamentar novamente o cassino no município, levando a Câmara de Campos do Jordão a encaminhar ofícios aos Presidentes da Câmara Federal e do Senado, solicitando apoio dos mesmos ao projeto de lei que visava o funcionamento do jogo, devidamente regulamentado em Estâncias Balneárias, Climatéricas e Hidro-Minerais, o que reafirma o interesse no desenvolvimento turístico latente nesse ano.

Em contrapartida, a partir da década de 50, se observa o decréscimo nos artigos relacionados à Estância de Saúde. Este fato está associado aos avanços da medicina no combate à tuberculose, dentre eles, a descoberta de remédios para o tratamento da doença, o que diminui a necessidade do tratamento sanatorial. Conforme anunciado no periódico em 02 de setembro de 1951, um sueco “descobre um novo antibiótico [...] morte certa para o bacilo da tuberculose” (*A cidade de Campos do Jordão*, ano III, n.131). Esse fator aliado ao estímulo existente para o desenvolvimento turístico consolida as práticas voltadas para o planejamento da atividade turística no município.

Planejamento do Turismo

Em 1952, a Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão toma uma importante decisão para a consolidação do turismo na estância: a criação da Diretoria Municipal de Turismo, projeto de lei proposto por Joaquim Correa Cintra.

Para a execução desse projeto, foi solicitado um crédito especial de Cr\$ 12.690,00 para o desenvolvimento turístico. As ações previstas para esse orçamento, segundo a ata de 24 de novembro de 1952, são: obras e melhoramentos públicos como construção de muretas e passeios, propaganda e serviços de emplacamento da estância. Essa proposta foi aprovada por unanimidade. A partir de então, o crescimento do turismo em Campos do Jordão passa a ser organizado pela D.M.Tur, consolidando o papel de fomento político em relação ao turismo na estância. Este órgão era composto pelo prefeito municipal, vereadores e representantes de associações de classe e do serviço público estadual e federal.

Por outro lado, existe também uma preocupação com os tuberculosos ainda presentes no município, o que atrapalha o desenvolvimento do turismo na estância. Acompanhado os jornais, podemos observar essa dicotomia, a exemplo, Nivaldo Reis, autor do artigo intitulado *Falando a verdade*, aponta as duas faces de Campos do Jordão, uma ‘enferma’ e a outra ‘salubérrima’:

A primeira é representada pelos inúmeros Sanatórios e Pensões para doentes, e a segunda pelas moradias estilo colonial de propriedade de inúmeros

Em vista de amenizar essa situação, a Câmara de Campos do Jordão envia um apelo ao Senhor Presidente da República pedindo a liberação das drogas descobertas em ano anterior para a cura da tuberculose, o que nos desperta o olhar sob a necessidade de suprimir a função cidade saúde.

Em 1953, a D. M. Tur faz parte da organização de um importante fato para a história do turismo no Brasil. O I Congresso Nacional de Turismo acontece em Campos do Jordão no dia 09 de agosto de 1953 no Grill Room do Grande Hotel, sendo que a Câmara Municipal de Campos do Jordão apresentou a seguinte tese: “O turismo como atividade social”. Tal fato permite apontar que este evento dá início às discussões nacionais em relação à política do turismo no Brasil. Segundo artigo de Joaquim Correa Cintra, intitulado *Medidas práticas em favor do turismo*, afirma:

Em 1953, partiu do I Congresso Nacional de Turismo realizado em Campos do Jordão, a recomendação ao Governo da União para constituir um órgão Federal para conduzir a política do turismo brasileiro [...] Após vários anos de indiferença, salvo intermitentes manifestações de uns poucos homens obstinados, o Congresso Nacional aprovou recentemente o Instituto Brasileiro de Turismo (Ibratur). (A Cidade de Campos do Jordão, ano IV, página 2, 16/05/1965).

A partir de então, o turismo passa a ser prioridade não apenas em Campos do Jordão, mas também enquanto política nacional. O momento histórico nos revela a necessidade de organização de uma atividade econômica que há muito tempo vinha sendo incentivada por políticas públicas. Prova disso, está na Lei nº 1844 de 17 de novembro de 1978 que transforma as estâncias hidrominerais em estâncias turísticas, consolidando o turismo enquanto atividade econômica em diversas cidades do país, incluindo Campos do Jordão.

Considerações

Por meio do estudo do município de Campos do Jordão, pode-se afirmar que as políticas públicas voltadas para o turismo são historicamente comprovadas e iniciam-se oficialmente no Brasil durante a década de 20, configurando assim, um período que na historiografia do turismo é classificado como período das “estações de cura e cassinismo” (SOLHA in REJOWSKI, 2002).

Essa realidade reflete-se nacionalmente e o estudo do caso de Campos do Jordão nos permite uma leitura do subjacente, revelando que as estações de cura e cassinismo coexistente porque uma sustenta a outra, o que é comprovado pela taxa de proteção ao turista. Por outro lado, a gestão voltada para a economia do turismo e os avanços na medicina proporciona a estabilidade da atividade turística na estância.

A necessidade de organização política para melhorar a gestão do turismo é consolidada com a criação da D.M.Tur no âmbito municipal e posteriormente, com a Ibratur, antecessor da Embratur, no âmbito nacional, que segundo a documentação consultada, foi recomendada durante o I Congresso Nacional de Turismo que ocorre em Campos do Jordão. Conclui-se que Campos do Jordão é um importante ícone nos estudos históricos do turismo, sendo que seu planejamento e organização são um reflexo de políticas públicas do estado de São Paulo e do país.

Documentos consultados

Atas de reuniões da Câmara Municipal de Campos do Jordão (1949 – 1963)

Leis, Decretos e Decretos-Lei da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (1921-1978)

Jornal A Cidade de Campos do Jordão (1949 – 1965)

Referências

APRECESP. **Guia das Estâncias de São Paulo**. São Paulo: Aprecesp, 2006.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, C. B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900 – 1950**. São Paulo, 1993. Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CAMARGO, F. B. A. **Campos do Jordão e seu palácio**. Campos do Jordão: s.e., s.d.

MATOS, M. I. S. **Cotidiano e cultura: história cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002, Coleção História.

VII SEMINÁRIO 2010 ANPTUR

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

OMT, Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PAIXÃO, Dário L. D. **1930 – 1945. A verdadeira Belle Époque do turismo brasileiro: o luxo e os espetáculos dos hotéis cassinos imperam na era getulista**. Disponível em: www.obsturpr.ufpr.br/artigos/hotelaria11.pdf Acesso em: 18 de jul. 2010 às 20:00.

PAULO FILHO, Pedro. **Campos do Jordão, o presente passado a limpo**. São José dos Campos: Vertente, 1997.

_____. **Estórias e lendas do povo de Campos do Jordão**. São Paulo: O Recado, 1988.

PIRES, Mário Jorge. **Raízes do turismo no Brasil**. São Paulo: Manole, 2001

PINTO, M. I. M. B. **Cotidiano e sobrevivência**. São Paulo: EDUSP, 1994.

POSSAS, L M. V. **Mulheres, trens e trilhos: Modernidade no sertão paulista**. Bauru: EDUSC, 2001.

SOLHA, R. “1900-1940 termalismo e cassinismo” *in*: REJOWSKI, Mirian (org). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.